

Polarização e protesto político no Brasil

(VERSÃO PRELIMINAR)

Julian Borba¹

Ednaldo Ribeiro²

Carla Ayres³

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar os movimentos de protesto pró e contra o governo que ocorreram no ano de 2015 no Brasil, no que tange a sua relação com o processo de polarização política. Os dados são oriundos de surveys realizados com manifestantes, além de outras pesquisas realizadas com amostras do conjunto do eleitorado do país. Os resultados indicam que os manifestantes pró e contra governo possuem perfis sócio-demográficos, atitudinais e comportamentais bastante divergentes, indicando aí a existência de polarização política; porém tais divergências não ficam evidenciadas quando se analisa o conjunto do eleitorado.

Apresentação

O Brasil, país onde historicamente estiveram ausentes as grandes manifestações de massa, se viu sacudido a partir de junho de 2013, por uma onda de protestos de rua, que tem perdurado até a presente data, ainda que hoje com menor intensidade.

A novidade dos protestos de junho, para além do questionamento ao caráter “cordial” do brasileiro, se deu em outros planos; sendo o mais significativo deles o fato de que a esquerda perdeu o “monopólio das ruas” no país. Os protestos também tiveram reflexo em outro campo, com a afirmação de uma polarização política entre “petistas” e “antipetistas”. Isso já vinha ocorrendo no plano do comportamento do eleitor desde as eleições presidenciais de 2006 (Ribeiro, Carreirão & Borba, 2011), e vai se

¹ Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

² Professor do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá e Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, Brasil.

³ Doutoranda em Sociologia Política, , Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

radicalizando a partir dos eventos de junho, tendo seu ápice no processo eleitoral de 2014 e nos acontecimentos que seguiram a ele. Durante todo o ano de 2015 o Brasil presenciou movimentos pró e contra governo (favoráveis ou contrários ao impeachment da Presidente), que foram convocados por diferentes grupos. Tais eventos se constituíram em parte do cenário da crise política que o Brasil adentrou a partir do processo eleitoral de 2014, e que culminou no impeachment da Presidente Dilma em agosto de 2016.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os movimentos de protesto político pró e contra o governo que ocorreram no ano de 2015 no Brasil no que tange a relação entre protesto e polarização política. Nossas hipóteses são que (*H1*) exista pouca diferenciação entre os participantes das manifestações do dia 13 de março e os de 15 de março no que tange às suas características sócio demográficas, de modo que participam dos protestos aqueles portadores de maiores recursos, conforme já identificado em estudos anteriores sobre o Brasil (Ribeiro & Borba, 2015a, Ribeiro & Borba, 2015b, Borba, Gimenes & Ribeiro, 2015). (*H2*) Evidências maiores de diferenciação serão encontradas no plano das atitudes e do comportamento político. Espera-se aqui, que os participantes dos protestos tenham opiniões divergentes quanto a democracia, valores morais, tolerância política e também padrões distintos de participação em organizações sociais e políticas. Derivada das duas primeiras hipóteses, nossa (*H3*) é que os dois movimentos de protesto são indicadores de um crescente processo de polarização política vivenciada na sociedade brasileira. Buscaremos as evidências da polarização no plano das características sócio demográficas e atitudinais dos seus participantes. Para melhor evidenciar a hipótese da polarização, também buscaremos evidências dela no plano das atitudes políticas do conjunto da opinião pública nacional.

Nossa base empírica serão primeiramente *surveys* aplicados com participantes de dois protestos ocorridos em 2015. O primeiro aconteceu em 13 de março de 2015 e foi convocado por movimentos apoiadores do governo, enquanto o segundo, realizado no dia 15 do mesmo mês, por movimentos que pediam o impeachment da Presidente. Os dados para o conjunto da opinião pública serão oriundos de pesquisas de opinião pré e pós eleitorais, realizadas entre 2008 e 2014.

O trabalho está organizado em quatro partes além desta. Na primeira fazemos um breve balanço da literatura internacional sobre protestos e polarização política. Em seguida apresentamos as fontes de dados e a metodologia adotada. Na terceira parte apresentamos nossos dados empíricos, iniciando com uma contextualização dos

protestos ocorridos no Brasil pós 2013, chegando até os dados dos dois surveys que serão analisados. Em seguida discutimos a relação entre polarização política nos protestos e a polarização no conjunto da opinião pública. Na quarta parte fazemos nossas considerações finais.

Protesto e polarização política

Partindo da premissa de que diante das democracias representativas contemporâneas as funções relacionadas à participação envolvem aspectos como controle, fiscalização e construção de demandas a fim de influenciar decisões governamentais (Booth e Seligson, 1978; Axford, 1997) a literatura da ciência política interessada no tema categoriza os comportamento participativos em duas frentes. De um lado o primeiro exercício de sintetização relaciona tais atividades aos custos e complexidade demandadas para sua realização num dito *continuum* de ações ‘convencionais’ socialmente aceitas, como: participar de discussões políticas, votar, trabalhar em campanhas eleitorais, ser membro ativo de partidos políticos, candidatar-se, ocupar cargos públicos, etc (Milbrath, 1965; Verba e Nie, 1972). Por outro lado, uma série de autores também reconhece como formas de engajamento político as atividades participativas vinculadas à atuação dos movimentos de protesto, ou ‘formas não convencionais’, ‘contestatórias’, que envolvem: boicotes, ocupações, abaixo-assinado, manifestações, passeatas, etc (Della Porta, 2003; Norris, 1999, 2007). Os estudos decorrentes destas abordagens diante da realidade das democracias mais consolidadas têm apontado para uma redução das formas convencionais de participação (Putnam, 2003), frente a ampliação das modalidades contestatórias (Della Porta, 2003; Inglehart; Catterberg, 2002; Welzel; Ingleharth; Deutsch, 2005).

São quatro os condicionantes apontados como propulsores do envolvimento individual em protestos. A primeira hipótese do *descontentamento individual* (Gurr, 1970) a partir da qual se afirma que a contestação pública estaria associada às avaliações pessimistas quanto a situação econômica das nações; a abordagem que exalta o chamado *voluntarismo cívico* (Verba, Schlozman e Brady, 1995) que aponta uma correspondência direta entre os recursos individuais e coletivos com o engajamento em protestos; a tese das *mudanças culturais e valores pós-materialistas* (Inglehart, 2001) para a qual uma vez superados os limites físicos, econômicos e materiais para sobrevivência os cidadãos passariam a se envolver mais diretamente para a politização

de assuntos e demandas de autoexpressão; e por fim, estudos que relacionam a participação em atividades de protestos com a *orientação ideológica* individual (Powell, 1982; Dalton; Sickle, 2005).

Na tentativa de contribuir com este debate uma série de estudos foram desenvolvidos a fim de identificar os atributos individuais relacionados ao comportamento contestatório no contexto das jovens democracias da América Latina. O que se percebe, no entanto, ao contrário do que afirmam os trabalhos acima, é que a tendência apresentada pelos países latino-americanos é de estabilidade ou até mesmo declínio de diferentes modalidades contestatórias (Ribeiro e Borba, 2015). No que tange especificamente o caso brasileiro os autores apontam que no período de 1995 a 2007 modalidades como saques mantiveram-se com um baixo índice estável; boicotes, ocupações de prédios públicos, abaixo-assinado e manifestações apresentaram forte declínio, sendo que esta última modalidade, por exemplo passou de 27,1% em 1995 para 14,0% em 2007.

Diante das hipóteses explicativas descritas acima, os achados mostram que a participação dos brasileiros em protestos está associada à maior escolaridade e interesse prévio por política; este último fator impulsiona também a disposição dos cidadãos para colaborar com abaixo-assinados e manifestações públicas. Este cenário levou os autores a concluir, de modo geral, que os cidadãos “(não) participam de modalidades de protesto porque (não) podem” e que “assim como no caso de formas convencionais de engajamento político (Borba & Ribeiro, 2010), a contestação parece ser uma função da presença de atributos políticos-cognitivos e recursos coletivos distribuídos desigualmente” (Ribeiro & Borba, 2015, p. 212).

Acontece que esta estabilidade contestatória fora quebrada drasticamente a partir do ciclo de manifestações que se iniciaram no Brasil a partir de 2013. Com base neste marco e nas discussões acumuladas até o momento, este artigo objetiva identificar/analisar as estruturas mobilizatórias que impulsionaram os protestos no país desde então e sua relação com o processo de polarização política que tem se afirmado no país, pelo menos desde 2010.

Para além da discussão sobre determinantes individuais ou de contexto do comportamento de protesto, nos interessa neste trabalho avançar na relação entre protestos e polarização política. Apesar da discussão sobre polarização política ser bastante extensa (Hill & Tausanovitch, 2015), ela é pouco consensual sobre a própria

definição do que seja polarização, e das formas de mensuração (Borges & Vidigal, 2016).

Hill & Tausanovitch (2015) destacam que a definição de polarização varia em torno de dois posicionamentos analíticos. O primeiro a define como divergência na ideologia política entre os membros do público. O segundo, como separação ou divisão de grupos claramente definidos. Como exemplo da primeira definição, se mais membros do público adotam uma posição extrema sobre um determinado *issue* ou se menos membros do público ocupam o meio de distribuição, o público é mais polarizado. A exemplificação da segunda pode ser feita pela relação entre identificação partidária e ideologia. Se democratas tornam-se mais liberais e republicanos mais conservadores ao longo do tempo, maior será a polarização.

Na literatura norte-americana, autores como Fiorina e Abrams, (2012), (2008) têm argumentado que não existem evidências de um aumento na polarização do público ao longo do último meio século. Já outros autores como Abramowitz, Saunders e Jacobson (Abramowitz, 2010; Abramowitz e Saunders, 2008, 2005; Jacobson, 2003, 2004), além de Shapiro (2009), defendem que o público está polarizado, e profundamente dividido em termos de posições ideológicas e partidárias.

Sobre a relação entre polarização e protestos, os estudos que se concentram nas opiniões dos ativistas ou colaboradores de partidos nos EUA identificam evidências fortes de polarização em vários indicadores analisados (Layman e Carsey, 2002; Layman et al, 2010).

Já o trabalho de Griffin & Jonge (2015), utilizando de uma abordagem macro, que toma os países como unidades de análise (93 países ao longo do período 1973-2010), busca analisar a relação entre *privação*, *polarização* e *protesto*, através do estudo do efeito da desigualdade de renda sobre a polarização política e do efeito da polarização sobre o protesto político. O estudo conclui que níveis mais elevados de desigualdade de renda tendem a produzir cidadãos mais polarizados em suas opiniões, porém não necessariamente geram mais protestos. Para os autores, protestos são mais prováveis em países onde a satisfação é alta, mas que convivem com minorias ressentidas. Esses contextos são denominados de “majoritarian systems” (p.22). Já países com altos níveis de desigualdade são mais propensos a produzir “sistemas oligárquicos”, onde a maioria da cidadania está insatisfeita com a política (contra uma minoria satisfeita). Tais contextos “such systems are actually the least likely to see protest” (p.22).

As contribuições acima nos ajudam na operacionalização do conceito de polarização e na reflexão sobre sua relação com o contexto (institucional, econômico e social). Na próxima seção, utilizaremos algumas dessas formulações na análise dos participantes dos protestos de 2015.

Dados e Metodologia

Os dados sobre os participantes das manifestações são oriundos da pesquisa “Manifestações de Março de 2015” realizada pelo Núcleo de Estudos de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo (NEOP/FPA)⁴. Tratou-se de pesquisa amostral com aplicação de questionários estruturados face a face com manifestantes presentes nos dois dias (13 e 15 de março) na Av. Paulista, em São Paulo. A amostra do primeiro dia foi de 305 entrevistas com uma margem de erro de 5,4%; no segundo dia compuseram a amostra 534 entrevistados com margem de erro de 4,13%. Em ambos casos o intervalo de confiança é de 95%⁵.

Já os dados para o conjunto do eleitorado são do Barômetro das Américas (LAPOP), em suas rodadas de 2008, 2010, 2012 e 2014⁶, e do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), na sua rodada de 2014⁷.

Como o objetivo fundamental da pesquisa é verificar a existência de semelhanças e diferenças entre os dois grupos de manifestantes em relação a atributos individuais sociais e econômicos, mas também atitudinais e comportamentais, nos valem basicamente de técnicas de análise bivariada, apresentando tabelas de contingência e os testes estatísticos adequados a cada situação. Nos casos envolvendo medidas contínuas, como idade e renda, empregamos testes de diferenças de médias (ANOVA) e quando as variáveis são qualitativas optamos pelo coeficiente de contingência (Agresti e Finlay, 2012).

⁴ Os resultados gerais da pesquisa podem ser acessados pelo link: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa-pesquisa-manifestacoes.pdf>

⁵ Tais pesquisas foram obtidas na base de dados do Centro de Estudos da Opinião Pública da Universidade de Campinas (CESOP), a quem agradecemos a disponibilização.

⁶ Informações técnicas sobre as amostras e os procedimentos de coleta de dados para o caso nacional podem ser obtidas diretamente no endereço eletrônico do projeto: www.vanderbilt.edu/lapop/.

⁷ O ESEB é um estudo vinculado ao projeto internacional Comparative Study of Electoral Systems (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan (www.cses.org) e com a participação de dezenas de instituições de vários países. O ESEB é coordenado pela Profa. Rachel Meneguello (UNICAMP).

Resultados e discussão

a) Contextualizando política e protestos de 2013 a 2015

Conforme já destacado na apresentação do trabalho, em 2013 inicia-se um ciclo de protestos no Brasil que vai ter continuidade até a data em que este trabalho é escrito. Os significados e consequências políticas dos acontecimentos de 2013 ainda estão para serem avaliados pela ciência política. Aqui faremos apenas uma breve contextualização, de modo a caracterizar a “abertura dos braços” do rio, conforme metáfora utilizada por Singer (2015) para explicar a mudança do perfil e das causas dos *protesters* ao longo do mês de junho.

As mobilizações de 2013 aconteceram em mais de 350 cidades, mobilizando milhões de pessoas. Os primeiros protestos ocorreram em São Paulo, na primeira semana de junho. A estrutura de mobilização ocorreu em torno do Movimento do Passe Livre (MPL)⁸, com convocações pelas redes sociais em torno de uma pauta relacionada ao aumento das tarifas do transporte coletivo. Entre 2 mil e 5 mil pessoas participaram desses primeiros atos. No dia 11 de junho aconteceu a manifestação que seria decisiva para os desdobramentos das jornadas de junho. Em torno de 5 mil participantes nas ruas de São Paulo enfrentaram uma forte repressão policial, que continuou em escala crescente no ato do dia 13 de junho (Singer, 2015, pp. 24-25). Na interpretação de Singer “O uso desmedido da força atraiu a atenção e a simpatia do grande público” (p.25). Inicia-se então a segunda fase dos protestos, com uma ampliação do público participante, das causas defendidas e da abrangência geográfica: dia 17 de junho foram 75 mil participantes em São Paulo, ocorrendo simultaneamente nas principais capitais do país. Agora, além do questionamento do aumento das tarifas do transporte, questionava-se a corrupção, o PT, as obras para a copa do mundo, e inúmeros outros temas. Até que no dia 20 de setembro, protestos aconteceram em mais de 100 cidades com mais de 1,5 milhões de participantes (Singer, 2015, p.26). A partir de 21 de junho, segundo a tipologia de Singer, inicia-se a terceira fase do movimento, com uma grande

⁸ O Movimento do Passe Livre (MPL) se intitula como “um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um *transporte público de verdade*, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada”. Sua principal bandeira é a tarifa zero no transporte público, surgiu de forma espontânea e embrionária no ano de 2003 em Salvador (BA) durante a chamada “revolta do buzu”; Em 2004, Florianópolis (SC) foi palco dos protestos que ficaram conhecidos como “Revolta da Catraca”, com participação de estudantes, associações de moradores, professores, sindicatos e população em geral; em 2005 o “Movimento Pelo Passe Livre” da capital catarinense organizou uma grande plenária no quinto Fórum Social Mundial, onde nasceu o Movimento Passe Livre. Fonte: <http://tarifazero.org/mpl/>

fragmentação de causas e atores, que refluí até sua retomada em 2015, logo após as eleições presidenciais.

Sem ter que adentrar no significativo debate acadêmico em torno dos protestos de 2013 cabe refletir sobre seus significados e consequências políticas. Quanto ao primeiro aspecto, as diferentes fases do movimento e sua pluralização indicam que uma ação inicialmente “autonomista” e “anticapitalista” que impulsionou as mobilizações iniciais convocadas pelo MPL foi absorvida por outros discursos, composição social e orientação ideológica. Nas palavras de Singer (p. 33)

(...) As tendências de centro e direita pegaram carona na corrente deslanchada pela nova esquerda, só que os caronistas foram tantos que, em certo momento, acabaram por mudar a direção do veículo. Acredito que setores de classe média de centro e de direita intuíram que havia ali uma oportunidade para expressar um mal-estar difuso com a situação do país.

E o *leitmotiv* dos novos grupos à direita foi o combate à corrupção (p.36). Já o centro, que teria sido o grande vitorioso político de junho (segundo Singer) acabou defendendo uma agenda de combate à corrupção e defesa da melhoria dos serviços públicos, uma postura tipicamente “pós-materialista” (p.37) conforme o modelo proposto por Ronald Inglehart. Ainda de acordo Singer: “, os protestos teriam evidenciado a existência de uma nova agenda e de uma nova postura que são, acredito, típicos do que Inglehart chama de pós-materialismo”(p.38).

Tomando como correta a interpretação de Singer sobre os atos de 2013, pretendemos avançar nas consequências do referido processo político, em especial no que tange a produção de uma polarização política que vai se configurar explicitamente nas eleições de 2014 e nos protestos que se seguem por todo o ano de 2015. Uma linha de raciocínio a ser seguida é que aqueles distintos grupos que estavam juntos na segunda fase dos atos de 2013 se dividiram no ano de 2014 e em 2015 passaram a atuar em trincheiras totalmente opostas nos atos que seguiram ao processo eleitoral.

Quanto ao processo eleitoral de 2014, foi mais uma eleição marcada pelo confronto entre PT e PSDB, mesmo que Marina Silva (PSB) tenha apresentado uma candidatura competitiva e que até poucos dias antes da eleição, disputava com Aécio Neves uma vaga no segundo turno. A candidatura de Dilma Rousseff utilizou a estratégia da propaganda negativa contra os adversários, a partir de uma caracterização “povo” versus “elite”. Ela seria defensora dos interesses do povo, dos mais pobres e dos seus direitos, contra Aécio e Marina que representariam os ricos, que eliminariam

políticas e programas destinados aos mais pobres. Dilma foi vitoriosa com uma pequena margem de votos (pouco mais de 51% dos votos válidos).

Findo o processo eleitoral era de esperar que o clima de polarização refluísse. Porém, manifestações do partido derrotado solicitando recontagens dos votos, juntamente com novas denúncias da “operação Lava-jato”, que cada vez mais atingia lideranças do PT e membros da coalizão governante, aliado a consolidação de lideranças e grupos surgidos no contexto das jornadas de junho, fizeram com que pouco tempo depois da posse da Presidente Dilma para o segundo mandato, acontecessem grandes manifestações; já neste momento pedindo o impeachment da Presidente.

Dessa forma, pode-se considerar que as fraturas de 2013 somadas ao processo eleitoral de 2014, fizeram com que novos atos de protesto retornassem à cena política logo três meses após Dilma Rousseff ter sido empossada para o segundo mandato.

b) Os protestos de 2015

Conforme já destacado anteriormente, desde a divulgação do resultado das eleições presidenciais de 2014 iniciam-se movimentos seja no âmbito das elites políticas, seja na sociedade civil, no sentido de questionar a legitimidade da reeleição de Dilma Rousseff. No plano das elites, o PSDB, partido derrotado nas eleições, solicita formalmente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a recontagem de votos da eleição.

Já no âmbito da sociedade civil, se por um lado os protestos de 2013 tiveram um caráter mobilizatório espontâneo, por vezes convocados pelas redes sociais, sem aparente agente centralizador; por outro, uma vez concluído o processo eleitoral de 2014 e consagrada a reeleição da petista Dilma Rousseff, o clima de polarização que marcou o tom de todo período eleitoral continuou marcando a sociedade e o congresso, no que muitos chamaram de *terceiro turno*. A primeira manifestação sintomática deste processo ocorreu em 1º de novembro de 2014 em protesto aos envolvidos na “Operação Lava-jato” e contra corrupção. No ano seguinte, convocadas pelo recém formado Movimento Brasil Livre (MBL)⁹, ocorrem outras três novas e maiores edições (15 de março de 2015, 12 de abril de 2015 e 16 de agosto de 2015) cujo mote principal foi

⁹ O Movimento Brasil Livre surgiu em 1º de novembro de 2014, quando promoveu sua primeira manifestação com motes contrários à corrupção e em apoio à Operação Lava-Jato. Em seu manifesto, cita cinco objetivos: "imprensa livre e independente, liberdade econômica, separação de poderes, eleições livres e idôneas e fim de subsídios diretos e indiretos para ditaduras".

protestar contra o Governo Dilma e pedir a abertura de seu processo de Impeachment. Diferentemente das agitações de dois anos antes, estas mobilizações possuíam nitidamente posicionamento mais identificado como de *direita*: descentralização administrativa do estado; direito individual da propriedade; Estado mínimo; privatização, etc. Em reação a esta organização social anti-governo, a CUT e outras organizações populares passaram a convocar atos em defesa do Governo e contra o Impeachment, a maior delas aconteceu no dia 13 de março de 2015.

Em ambos os casos deste novo ciclo de protestos não há consenso dos números de pessoas mobilizadas, mas entre estimativas da Polícia Militar, Organizadores e Mídia mais de 1 milhão de pessoas foram às ruas naquele final de semana de Março de 2015 (dia 13¹⁰ e 15¹¹), com clara predominância dos atos contra o governo ocorridos no dia 15.

A seguir passamos a analisar os dados de dois surveys realizados com os *protesters* nos dois eventos. Aqui buscaremos apresentar aspectos sócio demográficos e atitudinais, que possam dar indicações quanto a existência ou não de um ambiente polarizado politicamente. Fazendo uma relação com o debate conceitual apresentado anteriormente, estaremos aqui nos utilizando da interpretação de polarização como divergência na ideologia política entre os membros do público. Os dados estão organizados em três dimensões: a primeira aborda as características sócio demográficas dos participantes, a segunda trata das dimensões relacionadas ao interesse por política e adesão à democracia; a terceira diz respeito à questões de ordem moral, como o direito ao aborto, opinião sobre pena de morte e direitos dos homossexuais; a quarta dimensão explora as opiniões sobre participação e liberdade de expressão. Por fim, o último bloco

¹⁰ As manifestações de 13 de março foram convocadas pelos defensores do governo Dilma Rousseff, em resposta aos protestos contra o governo e pelo impeachment, marcado para 15 de março. Intitulado "Ato Nacional em defesa da Petrobras, dos Direitos e da Reforma Política", foi convocada pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), UNE (União Nacional dos Estudantes) e MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Ver <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/acompanhe-os-protestos-de-13-de-marco-em-todo-o-brasil-401.html>.

Os atos aconteceram principalmente em capitais, contou com participação de 40 mil pessoas na cidade de São Paulo, segundo o Datafolha. As diferenças entre os dois eventos são destacados em reportagem da revista Veja, com um claro viés pró dia 15. Disponível em <http://veja.abril.com.br/politica/6-diferencas-entre-as-manifestacoes-de-13-e-15-de-marco/>

¹¹ O protesto de 15 de março de 2015 aconteceu em todos os estados brasileiros, com participação de mais de milhões de pessoas. Na cidade de São Paulo, segundo estimativa do Datafolha, foram 210 mil participantes. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/15/protestos-contragoverno-e-corrupcao-reunem-mais-de-2-milhoes-pelo-brasil-dizem-pms.htm>. Ver também <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contragoverno-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>

explora algumas características comportamentais dos participantes relacionadas a participação política e social.

Os primeiros resultados dizem respeito à dimensão dos atributos sociais e econômicos dos manifestantes, portanto, contribuem para a avaliação de nossa primeira hipótese acerca da semelhança de perfil dos manifestantes dos dois grupos. Essa expectativa está ligada a amplamente difundida e confirmada relação entre a posse de recursos individuais materiais e cognitivos e o engajamento cívico (Verba, Schlozman e Brady, 1995; Ribeiro e Borba, 2015). Como atributos individuais como escolaridade, renda, tempo e interesse seriam condicionantes fundamentais do envolvimento em uma ampla variedade de atividades políticas, poderíamos antecipar que nessas dimensões os manifestantes não se distinguiriam significativamente, já que seriam igualmente detentores de tais recursos.

Começamos pela idade, ainda que essa variável não seja exatamente um indicador de recursos. Uma farta literatura inspirada nos estudos sobre efeitos de mudanças geracionais sobre atitudes e comportamentos políticos (Inglehart, 1977; Oppo, 1998; Kinder, 2006; Flanagan, 2013) tem indicado que os mais jovens seriam mais propensos ao envolvimento em atividades de protesto, especialmente por serem mais receptivos aos chamados valores pós-materialistas (Inglehart e Welzel, 2009), que os tornariam mais questionadores das autoridades políticas tradicionais. Nestes termos, esperávamos encontrar um público predominantemente jovem nos dois dias de manifestações, sem diferenças de médias expressivas. Todavia, como indica a Tabela 1, não podemos afirmar o caráter jovem dos manifestantes, uma vez que em ambos os grupos a média é superior aos 40 anos de idade, chegando a mais de 47 no caso do dia 13. Mesmo utilizando a mediana, uma vez que o elevado desvio-padrão indica uma distribuição assimétrica dos dados, constatamos o mesmo padrão: 40 anos para o dia 13 e 36 para o dia 15. O teste de média, com valores de significância bastante superiores ao mínimo exigido (0,05) indicam que não há diferenças entre os grupos, todavia, as medidas de tendência central contrariam os estudos internacionais sobre a maior propensão dos jovens a esse tipo de ativismo.

Mais diretamente ligada à dimensão dos recursos, passamos as diferenças em termos de renda entre os grupos. Como já antecipamos, tínhamos a expectativa de não encontrar diferenças significativas, já que essa dimensão objetiva dos recursos seria fundamental ao engajamento de ambos os grupos. Essa hipótese, todavia, foi fortemente rejeitada (Tabela 1), já que a média de renda familiar *per capita* é bem maior no grupo

dos manifestantes do dia 15, com desvios proporcionais entre os grupos. Coerentemente, todos os testes de diferenças de médias retornaram níveis de significância que corroboram a rejeição da hipótese de semelhança em um nível bastante exigente. Esses dados, além de refutarem a hipótese da indiferenciação, também questionam a relevância da dimensão dos recursos para o primeiro grupo de manifestantes, já que a média de R\$ 1.221,36 está muito próxima da média nacional de R\$ 1.113,00 para 2015 (IBGE, 2015). Ao menos para esse grupo, a renda não parece ser um fator de diferenciação, o que nos leva a refletir sobre o peso de dimensões valorativas e atitudinais para esses indivíduos. Talvez o forte conteúdo ideológico e a estrutura de mobilização envolvida das manifestações que tiveram curso nesse dia tenham conseguido minimizar os efeitos dos recursos no processo de engajamento. O mesmo não parece ocorrer no segundo grupo, já que esses apresentam quase o dobro da média de renda nacional, se distinguindo claramente nessa dimensão objetiva.

Tabela 1. Médias e Percentuais de atributos sócio demográficos dos grupos de manifestantes, 2015.

Indicadores, 2018

	Dia 13					Dia 15				
Idade	N		Média	Desvio		N		Média	Desvio	
	305		47,15	78,49		534		40,73	43,62	
Levene 1,64 (sig. ,200)										
Renda	N		Média	Desvio		N		Média	Desvio	
	305		1221,36	2494,81		534		2169,51	5160,09	
Levene 38,99 (sig. ,000)										
Escolaridade %	Fundamental		Médio	Superior		Fundamental		Médio	Superior	
	12,1		28,2	59,7		2,4		22,2	75,4	
CC ^a ,214 (sig. ,000)										
Cor %	Branco	Preto	Pardo	Outro		Branco	Preto	Pardo	Outro	
	46,5	19,5	24,4	9,6		65,5	6,2	18,9	9,4	
CC ^a ,227 (sig. ,000)										
Sexo %	Masculino		Feminino			Masculino		Feminino		
	56,7		43,3			53		47		
CC ^a ,036 (sig. ,297)										
Religião %	Catol	Evang	Afro	Outr	Ateu	Catol	Evang	Afro	Outr	Ateu
	32,9	12,2	4,3	11,2	39,5	43,8	13,9	2,3	16,5	23,5
CC ^a ,185 (sig. ,000)										

Fonte: dos autores, produzido a partir de pesquisa da NEOP/FPA junto às Manifestações de Março/2015.

^a Coeficiente de Contingência

Contribuindo para a hipótese da diferenciação, os resultados para a escolaridade também atestam que os grupos são consideravelmente distintos ao considerarmos os níveis educacionais, especialmente na comparação dos extremos (fundamental e superior) (Tabela 1). O teste de associação indica claramente que os manifestantes do dia 15 tendem a apresentar nível de escolaridade maior do que aqueles que ocuparam as ruas no dia 13. É preciso destacar, em defesa da hipótese dos recursos, que em ambos os grupos encontramos indivíduos com escolaridade bem distante do padrão nacional. Ou seja, existem diferenças importantes entre os dois grupos de manifestantes, porém ambos fazem parte de uma elite educacional brasileira.

Considerando a cor dos entrevistados (Tabela 1), nossa hipótese da indiferenciação novamente foi questionada, corroborando o perfil distinto que já vinha se desenhando no que diz respeito à renda e escolaridade. No cruzamento fica bastante claro que os brancos são maioria entre os manifestantes do dia 15 e que o percentual de pretos é realmente bem menor nesse grupo, na comparação com os do dia 13. O teste indica que a hipótese nula da semelhança pode ser rejeitada com grau de exigência bastante elevado e que a centralidade social composta por renda, escolaridade e cor distingue claramente os grupos em questão.

Estudos anteriores verificam que não existem diferenças expressivas entre os sexos no que diz respeito ao envolvimento em atividades de protesto (Ribeiro e Borba, 2015) e essa parece ser a tendência quando observamos os dados dessas duas manifestações (Tabela 1). Podemos constatar que nos dois protestos os homens são ligeira maioria e que a diferença é um pouco maior no dia 13. Essas diferenças entre os grupos, entretanto, não são fortes o suficiente para afirmarmos uma diferença de composição dos grupos em razão desse recorte de gênero.

Ainda que não ligada à discussão sobre recursos materiais ou cognitivos, conduzimos também uma análise sobre as diferenças entre religiões nos grupos de manifestantes. Verba, Schlozman e Brady (1995) identificam efeitos do envolvimento religioso individual sobre o engajamento cívico por dois mecanismos distintos: primeiramente a frequência à cultos/missas e outras atividades que ocorrem no interior das igrejas pode favorecer o desenvolvimento de algumas habilidades comunicacionais e organizativas que podem ser muito úteis na vida pública; mas essas organizações também são importantes estruturas de recrutamento para o envolvimento em campanhas eleitorais e outras mobilizações com conteúdo político. Apontam em seu estudo, por exemplo, que em razão da estrutura interna da Igreja Católica, mais rígida do que a das

denominações protestantes, os católicos norte-americanos tendem a apresentar menor grau de ativismo político. Testando hipótese semelhante para os contextos brasileiro e chileno, Patterson (2005), sugere que Protestantes e Católicos têm diferentes oportunidades de desenvolver habilidades cívicas, que podem ser utilizadas na política. Alguns grupos religiosos, devido a suas estruturas e atividades, são mais democráticos do que outros, já que fornecem aos seus membros maiores oportunidades de desenvolvimento de habilidades cívicas, fazendo com que tais religiosos sejam mais propícios a participar na política (Patterson, 2005). Utilizando os dados do LatinoBarômetro de 2000, o pesquisador conclui que protestantes brasileiros e chilenos são muito mais propensos a se envolver em organizações nas quais podem desenvolver habilidades do que os Católicos, aumentando assim sua probabilidade de manifestarem comportamento político ativo.

O diálogo com essa literatura, entretanto, precisa ser mediado pelo fato de que analisamos aqui o envolvimento em uma forma contestatório de ação política, normalmente associada a uma postura crítica em relação a instituições tradicionais e hierarquizadas, como a igreja em geral. Neste sentido, nos parece inicialmente mais provável que a relação mais interessante a ser testada é justamente entre religiosos e não religiosos, supondo que esses últimos seriam os mais propensos ao engajamento nessa modalidade de ação. Como a forma de atuação nas duas manifestações é a mesma, com conteúdo contestatório semelhante, ainda que com alvos distintos, não esperávamos encontrar distinções significativas entre os grupos.

Os dados da Tabela 1, entretanto, apontam para diferenças interessantes. Primeiramente destacamos a maior presença de católicos na manifestação do dia 15, na comparação com a mobilização dias antes. Os demais grupos apresentam percentuais próximos, mas na última categoria, dos “sem religião” e dos “ateus”, a distinção é expressiva. Entre os manifestantes do dia 13 o percentual dessa categoria é maior do que o de católicos e mesmo entre os que foram as ruas no dia 15 o percentual é expressivo. Esses resultados, portanto, vão na direção contrária ao encontrado por Patterson (2005) para a amostra populacional, pois parece haver forte presença católica nas duas manifestações. Todavia, ao menos para o grupo que ocupou as ruas no dia 13, parece fazer sentido a associação entre o comportamento de protesto e a crítica às instituições tradicionais e hierarquizadas, aqui representadas pelas igrejas, uma vez que os “sem religião” e “ateus” aparecem com razoável destaque.

Passando às medidas atitudinais, apresentamos primeiramente os dados relativos ao interesse por política dos entrevistados. Essa medida pode ser entendida como uma *proxy* do que Verba, Schlozman e Brady (1995) chamam de engajamento cognitivo para a política. Os recursos materiais e cognitivos são importantes para explicar o ativismo político, como já mencionamos anteriormente, todavia, é igualmente importante que o indivíduo esteja psicologicamente orientado para a vida pública e seus assuntos. O desinteresse e a falta de ligação psicológica com a vida política podem levar ao desengajamento mesmo nos casos em que os recursos se fazem presente. Essa ideia aparece mais recentemente no conceito de mobilização cognitiva proposto por Dalton (2013), operacionalizado pela combinação da escolaridade com o interesse por política.

No presente estudo não antecipávamos diferenças expressivas entre os dois grupos de ativistas, pois sendo uma condicionante importante para o engajamento, seria plausível supor que altos níveis de interesse fossem verificados em ambos. De fato, se compararmos os patamares encontrados entre os entrevistados e as amostras nacionais pesquisadas por surveys do LAPOP, Latinobarômetro, dentre outros, estamos diante de duas minorias interessadas. Considerando o somatório de “interessados” e “muito interessados” temos a maioria absoluta nas duas manifestações. Ainda assim, é bastante interessante a diferença em termos da intensidade do interesse, pois temos 56% de “muito interessados” no dia 13, contra 33,3% no dia 15 (Tabela 2), configurando uma diferença estatisticamente significativa. Esse resultado pode ser interpretado em associação com os dados anteriores sobre a diferença de renda e escolaridade. Como já anteciparam Verba Schlozman e Brady (1995) a equação que combina recursos, engajamento cognitivo e recrutamento não é rígido e, em diferentes contextos e formas de atuação, diferentes composições com pesos distintos emergem. Como vimos, os manifestantes do dia 13 são menos escolarizados e apresentam renda familiar menor, mas em compensação são os mais interessados. Podemos derivar disso um efeito minimizador da relevância dos recursos gerado pelo alto interesse, que tornaria menos oneroso para os ativistas dispor do seu escasso tempo, dinheiro e energia mental/física para praticar a ação.

No campo dos estudos sobre atitudes políticas, o uso da questão churchiliana tem sido praticamente consensual como uma medida de adesão à democracia (Norris, 1999; Inglehart & Welzel, 2009; Dalton, 2013). Os resultados da pesquisa indicam que em ambos os grupos, a maioria adere à democracia em qualquer condição, mas os

protesters do dia 13 são mais “churchilianos” que os do dia 15 (Tabela 2). As diferenças entre os grupos também são estatisticamente significativas neste quesito.

Tabela 2. Frequências de Interesse por Política e Preferência pela Democracia dos grupos de manifestantes, 2015 (%).

		Dia 13				Dia 15			
Interesse por Política		Muito	Algo	Pouco	Nada	Muito	Algo	Pouco	Nada
		56,1	23,3	17,9	2,7	33,3	47,7	17,2	1,8
CC ^a ,245 (sig. ,000)									
		Dia 13				Dia 15			
Preferência pela Democracia		Sempre melhor	Em certas situações a ditadura é melhor	Tanto faz		Sempre melhor	Em certas situações a ditadura é melhor	Tanto faz	
		91,3	5,2	3,5		83,9	12,1	4,1	
CC ^a ,114 (sig. ,005)									

Fonte: dos autores, produzido a partir de pesquisa da NEOP/FPA junto às Manifestações de Março/2015.

^a Coeficiente de Contingência

Entrando numa dimensão moral, em ambos os questionários haviam questões quanto a opinião do entrevistado sobre pena de prisão para mulheres que cometem o aborto, sobre a pena de morte, sobre a adoção de crianças por casais homossexuais e sobre proibição de imagens religiosas em órgãos públicas. Tais questões estão ligadas à dimensão da tolerância democrática, também considerada por parte da literatura como aspecto fundamental para a sobrevivência e estabilidade do regime (Gibson, 2013). Quanto ao primeiro aspecto, os resultados indicam opinião majoritariamente contrária dos dois grupos quanto à prisão de mulheres que tomam a decisão do aborto (Tabela 3); porém, no que se refere a pena de morte as diferenças são bastante significativas. Para os manifestantes do dia 13, ampla maioria é contrária a pena de morte em qualquer situação, contra menos da metade dos participantes do dia 15 (44%) (Tabela 3). Entre esses últimos, a maioria apoia a pena de morte, com 49,7%. As diferenças são estatisticamente significativas.

Da mesma forma, as opiniões dos dois grupos são relativamente distintas no que se refere a concordância com que casais homossexuais possam adotar filhos (Tabela 3). Apesar de ambos os grupos serem majoritariamente favoráveis a tal política, os participantes do dia 13 tendem a ser mais favoráveis que aqueles do dia 15 (82% contra

75%). No aspecto da tolerância religiosa (medida pela opinião com relação a proibição de crucifixos em locais públicos) também os participantes do dia 15 tendem a ser mais liberais que os participantes do dia 13 (estatisticamente significativas) (Tabela 3).

Tabela 3. Frequências de atitudes em relação à temas morais dos grupos de manifestantes, 2015 (%).

	Dia 13			Dia 15		
	Contra	Nem contra, nem à favor	Favor	Contra	Nem contra, nem à favor	Favor
Prisão para mulheres que fazem aborto	78,3	6	15,7	74,6	8,5	16,9
CC ^a ,049 (sig.,369)						
Pena de morte	75,3	2,3	22,3	44	6,3	49,7
CC ^a ,290 (sig.,000)						
Adoção de crianças por casais homossexuais	14,4	3,3	82,3	21	6,4	72,6
CC ^a ,111 (sig.,006)						
Proibição de crucifixos em órgãos públicos	43,3	18,1	38,6	50,3	26	23,7
CC ^a ,160 (sig.,000)						

Fonte: dos autores, produzido a partir de pesquisa da NEOP/FPA junto às Manifestações de Março/2015.

^a Coeficiente de Contingência

Saindo da dimensão moral, entramos no campo de outro aspecto fundamental da organização democrática que é aquele relacionado às liberdades de organização e associação. Aqui também encontramos diferenças significativas entre os dois grupos. Em geral, ambos majoritariamente apoiam o direito de greve, porém entre os participantes do dia 13 tal aprovação é amplamente majoritária (96%) contra 70% dos participantes do dia 15 (Tabela 4). As diferenças são maiores (e no mesmo sentido) quando passamos a opinião sobre a aprovação de ocupações. Quando passamos a questões ligadas a ações políticas que extrapolam a legalidade, ambos os grupos são majoritariamente contrários (linchamentos), mas os participantes do dia 13 tendem a ser mais permissivos com algumas práticas (saques e depredações).

As diferenças voltam a aparecer quando passamos para a análise sobre o uso da polícia para conter manifestações. Enquanto a maioria dos participantes do dia 13 desaprova tal medida (73%), a maioria dos participantes do dia 15 (53%) aprova. Por fim, ambos os grupos são majoritariamente contrários a aprovação de leis anti-manifestações.

Tabela 4. Frequências de atitudes em à formas de participação política dos grupos de manifestantes, 2015 (%).

	Dia 13		Dia 15	
Greve	Desaprova	Aprova	Desaprova	Aprova
	3,3	96,7	29,7	70,3
CC ^a ,303 (sig. ,000)				
Ocupações	Desaprova	Aprova	Desaprova	Aprova
	34,3	65,7	81,5	18,5
CC ^a ,429 (sig. ,000)				
Depredações	Desaprova	Aprova	Desaprova	Aprova
	84,9	15,1	97,9	2,1
CC ^a ,241 (sig. ,000)				
Saques	Desaprova	Aprova	Desaprova	Aprova
	89,8	10,2	99,2	,08
CC ^a ,221 (sig. ,000)				
Linchamentos	Desaprova	Aprova	Desaprova	Aprova
	97	3	98,9	1,1
CC ^a ,066 (sig. ,056)				
Ação policial contra manifestantes	Desaprova	Aprova	Desaprova	Aprova
	73,4	26,6	57,5	42,5
CC ^a ,157 (sig. ,000)				
Leis anti-manifestações	Desaprova	Aprova	Desaprova	Aprova
	94,4	5,6	95,7	4,3
CC ^a ,028 (sig. ,425)				

Fonte: dos autores, produzido a partir de pesquisa da NEOP/FPA junto às Manifestações de Março/2015.

^a Coeficiente de Contingência

A última tabela trata do envolvimento dos *protesters* em associações ou organizações. Fica bastante nítido o perfil associativo e militante do grupo de 13, na comparação com os de 15. A única modalidade em que ambos participam em percentuais similares (mesmo assim com diferenças estatisticamente significativas) são os grupos religiosos.

Tabela 5. Frequências de envolvimento em associações e organizações dos grupos de manifestantes, 2015 (%).

	Dia 13	Dia 15
Sindicato	27,2	5,6
CC ^a ,239 (sig. ,000)		
	Dia 13	Dia 15
Movimentos sociais	23,9	2,6
CC ^a ,319 (sig. ,000)		
	Dia 13	Dia 15

Organização Estudantil	5,9	1,3
CC ^a ,129 (sig. ,001)		
	Dia 13	Dia 15
Partido	24,3	1,7
CC ^a ,343 (sig. ,000)		
	Dia 13	Dia 15
Grupo religioso	9,5	8,2
CC ^a ,025 (sig. ,765)		
	Dia 13	Dia 15
Associação de moradores	10,8	2,4
CC ^a ,177 (sig. ,000)		

Cabe nesse momento do trabalho retomar às hipóteses formuladas na introdução. Quanto a *H1*, ao contrário do que prevíamos, existem diferenças significativas entre os dois grupos de protesters no que se refere à composição sócio demográfica dos grupos, ficando dessa forma refutada a primeira hipótese. Já *H2* fica confirmada, pois no âmbito do público que participa dos protestos são verificados distintos e conflitantes padrões valorativos e comportamentais. São visões conflitantes sobre a democracia, sobre a tolerância política, sobre os direitos de organização e de expressão, além de padrões distintos de vínculos com organizações civis e políticas. Isso nos dá elementos para confirmar *H3*, no sentido de que é identifica-se uma clara polarização evidenciada pela divergência no plano das atitudes e do comportamento político.

A confirmação de *H3*, todavia, não nos autoriza a falar de um processo de polarização política nacional, já que o material empírico utilizado nas análises apresentadas até agora se refere a um público muito específico de militantes que, como foi identificado no estudo de Bueno (2015), compõem uma elite em termos educacionais, quando comparados com o conjunto da população brasileira. Podemos perceber um ambiente polarizado nestes grupos, mas estaria em curso algo semelhante entre o restante da população, ou entre o chamado “cidadão médio”? Na próxima seção, buscaremos avançar neste campo, buscando evidências para o conjunto da opinião pública nacional.

c) E o público massivo?

Será que o ambiente de polarização verificado na seção acima também está presente quando olhamos para o conjunto da opinião pública? Analisando os dados sob

uma perspectiva longitudinal, é possível perceber um processo crescente de polarização política no Brasil?

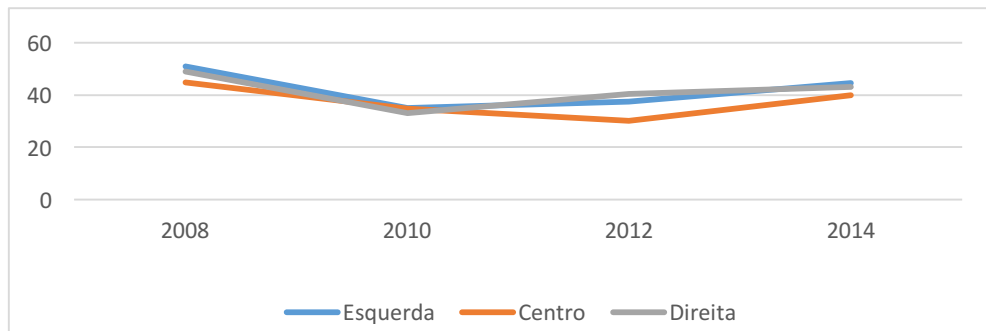
Diante da ausência de bases de dados que permitissem comparar as opiniões do conjunto da opinião pública com aquelas expressas pelos *protesters*, tivemos que nos valer das séries históricas do Barômetro das Américas (LAPOP) e do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), explorando algumas questões relacionadas a atitudes do eleitorado relacionadas a aspectos político institucionais e de tolerância política.

Se na seção anterior a comparação era entre dois grupos de participantes de protestos, aqui, pela natureza dos dados, as evidências de polarização foram buscadas num primeiro momento no âmbito do auto-posicionamento ideológico dos entrevistados.

Ao optar por relacionar as opiniões do eleitorado e o seu posicionamento ideológico, estamos nos valendo aqui de uma segunda dimensão do conceito de polarização apresentado acima, definida a partir da divisão de opiniões, crenças e comportamentos de grupos claramente definidos. No nosso caso, os grupos são os eleitores posicionados à esquerda, ao centro e à direita.

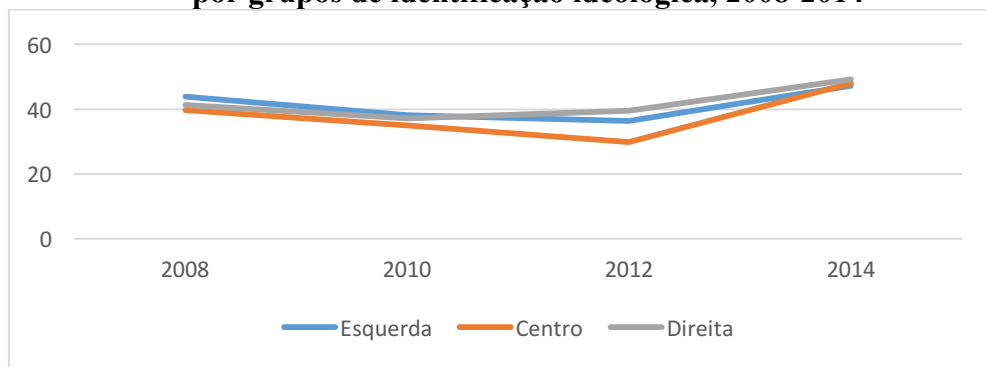
Os resultados usando os dados do LAPOP (considerando os limites das variáveis disponíveis) apresentados nos gráficos que seguem não indicam a existência de polarização política no eleitorado brasileiro, muito menos dão sinais de que exista um processo de ampliação da divisão de opiniões ao longo da última década. Um primeiro bloco de questões interroga os entrevistados sobre situações em que a intervenção militar seria justificável. Os Gráficos 1 e 2 mostram a evolução dos dados para as situações de alta criminalidade e corrupção disseminada e podemos observar pelas linhas que representam os grupos de posicionamento ideológico que a proximidade de opiniões é expressiva. Os testes de associação indicam que apenas em 2012 existe alguma relação fraca entre o pertencimento a um grupo ideológico e os apoios. A tendência geral, portanto, aponta para a indiferenciação.

Gráfico 1. Apoio à intervenção militar em caso de alta criminalidade por grupos de identificação ideológica, 2008-2014



CC= 2008 ,051 (,249); 2010 ,019 (,740); 2012 ,092 (,006); 2014 ,037 (,437)

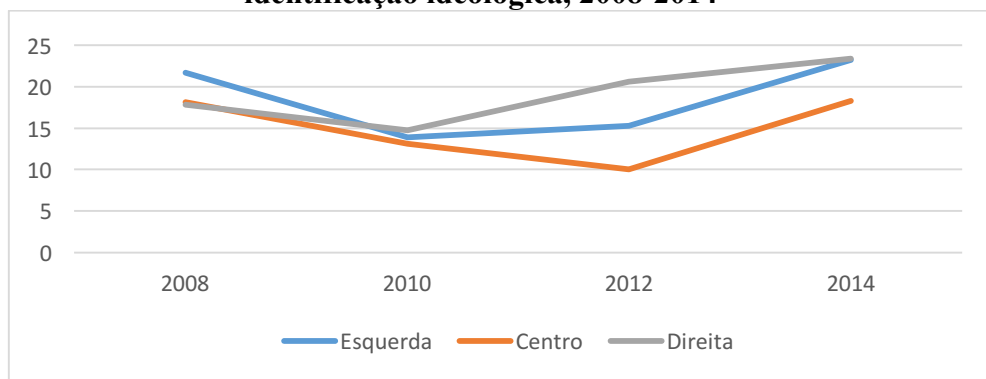
Gráfico 2. Apoio à intervenção militar em caso de corrupção disseminada por grupos de identificação ideológica, 2008-2014



CC= 2008 ,032 (,578); 2010 ,027 (,523); 2012 ,085 (,012); 2014 ,016 (,852)

O Gráfico 3 apresenta os dados sobre a concordância com a afirmação de que em algumas situações é justificável o fechamento do congresso pelo/a presidente/a da república e o resultado repete o padrão das medidas anteriores, com alguma diferença entre os grupos alcançando significância estatística apenas no ano de 2012, ainda assim com associação fraca.

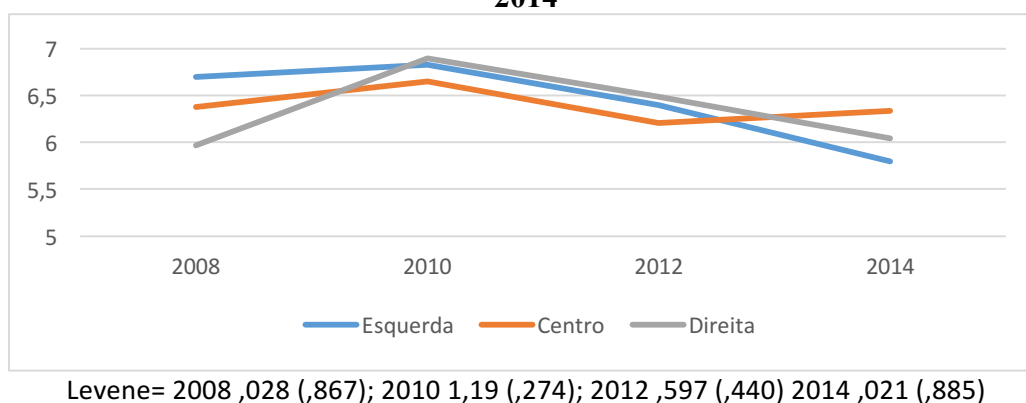
Gráfico 3. Apoio ao fechamento do congresso pelo presidente por grupos de identificação ideológica, 2008-2014



CC= 2008 ,041 (,415); 2010 ,020 (,704); 2012 ,121 (,000); 2014 ,056 (,157)

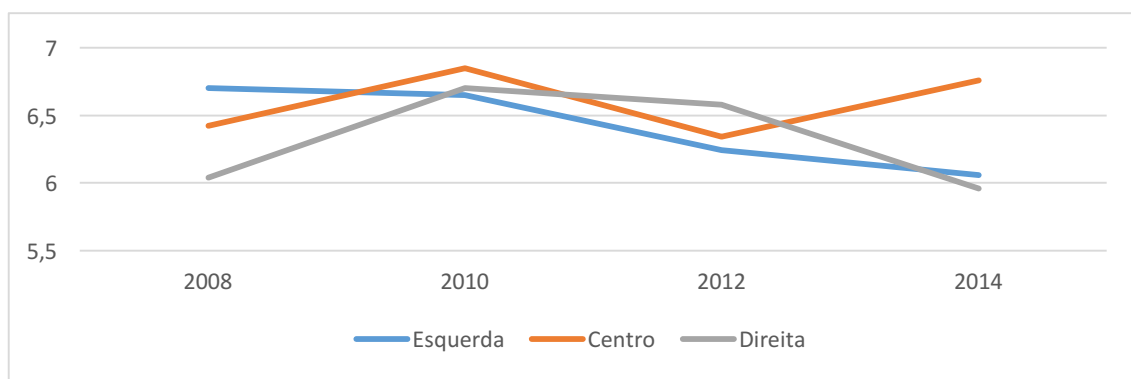
Os dados também permitem o uso de algumas variáveis sobre tolerância política tomando como alvo pessoas que falam mal do governo e do sistema político e também sobre o direito de homossexuais. As respostas compõem escalas de 10 pontos que refletem o nível de aprovação de alguns direitos políticos para tais grupos, portanto, foram conduzidos testes de diferenças de médias (Levene) definido como grupos a “esquerda” e a “direita”. O Gráfico 4, sobre a aprovação do direito de votar do primeiro grupo, indica cenário de indeferência com médias semelhantes em todos os quatro pontos da série.

Gráfico 4. Médias na escala de aprovação do direito de votar de pessoas que falam mal do governo e do sistema político por grupos de identificação ideológica, 2008-2014



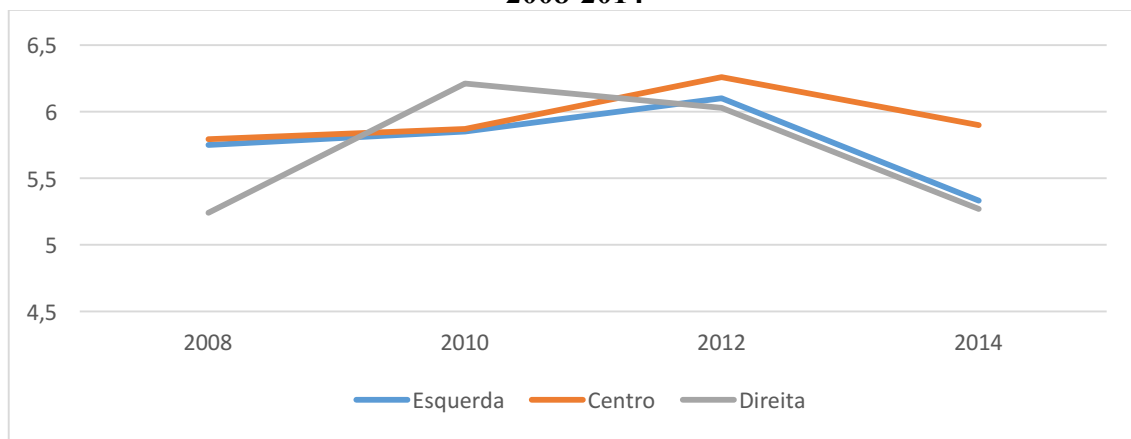
O mesmo ocorre em relação à aprovação do direito de protestar (Gráfico 5), sem qualquer diferença de média nas escalas nos anos cobertos pela pesquisa. Ainda sobre esse primeiro grupo, o Gráfico 6 apresenta a evolução das médias de aprovação do direito de candidatura e, apesar de diferenças significativas em 2008, revelam a continuidade da semelhança nos anos seguintes.

Gráfico 5. Médias na escala de aprovação do direito de protestar de pessoas que falam mal do governo e do sistema político por grupos de identificação ideológica, 2008-2014



Levene= 2008 ,307 (,580); 2010 ,102 (,313); 2012 2,80 (,094); 2014 2,25 (,072)

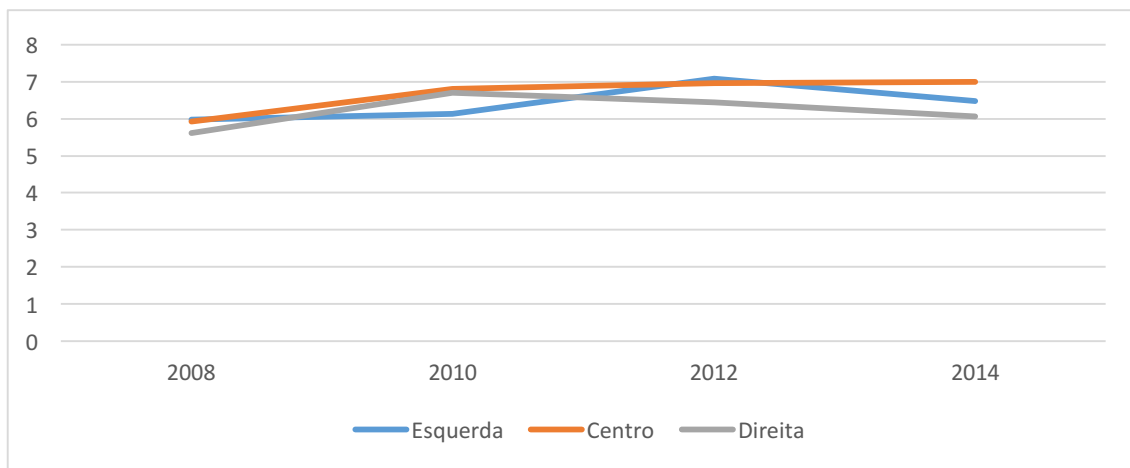
Gráfico 6. Médias na escala de aprovação do direito de candidatura de pessoas que falam mal do governo e do sistema político por grupos de identificação ideológica, 2008-2014



Levene= 2008 4,72 (,030); 2010 ,105 (,746); 2012 ,562 (,454); 2014 1,186 (,173)

Quando o foco da tolerância recai sobre os direitos de homossexuais serem candidatos (Gráfico 7) a semelhança entre os grupos ideológicos persiste, apesar de uma diferença estatisticamente significativa registrada em 2010.

Gráfico 7. Médias na escala de aprovação do direito a homossexuais serem candidatos por grupos de identificação ideológica, 2008-2014



Levene= 2008 ,292 (,589); 2010 5,88 (,015); 2012 1,489 (,223); 2014 ,122 (,727)

Como síntese, é possível concluir que apesar de alguns momentos de diferenciação estatisticamente significativa, as distâncias entre os grupos ideológicos não se sustentam ao longo da série histórica e são bastante reduzidas. O quadro geral, considerando essa dimensão atitudinal não favorece a hipótese da polarização.

Além do posicionamento ideológico, outra maneira de verificar a existência de polarização política no país é através dos sentimentos partidários dos eleitores¹². Considerando a fragilidade histórica do sistema partidário no país, refletida nos baixos índices de identificação, uma alternativa para verificar a existência de algum vínculo entre eleitores e partidos é através dos sentimentos positivos e negativos que o eleitor expressa para cada um dos partidos existentes. No caso brasileiro isso é ainda mais justificado, especialmente pelo fato de que as principais clivagens que estruturaram a competição eleitoral do país, pelo menos nas últimas seis eleições presidenciais tenham sido aquelas entre “petistas” (referência ao PT) e “tucanos” (referência ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), e de maneira mais recente, pelo menos desde 2006, tenha se afirmado uma distinção entre “petistas” e “antipetistas” (Ribeiro, Carreirão & Borba, 2011, 2016, Zucco & Samuels, 2015). Considerando este contexto, buscamos verificar a existência de sinais de polarização no eleitorado quando desagregado pelo seu perfil de “petista” e “antipetista”. Além de tentar compreender o perfil sociodemográfico dos diferentes subgrupos de eleitores antipetistas, nos interessa também analisar suas atitudes políticas. Serão estudadas a preferência pela (e adesão à)

¹² Os argumentos apresentados a seguir, reproduzem, com algumas modificações Ribeiro, Carreirão & Borba (2016).

democracia, bem como as atitudes dos eleitores antipetistas frente ao estado (estatismo) e à igualdade (igualitarismo).

Limitamo-nos ao ano de 2014 e, para cada variável atitudinal iniciamos com um modelo de regressão logística tomando como principal variável dependente uma medida dicotômica que contrasta os antipetistas com aqueles eleitores que não avaliam mal o PT¹³. A seguir, desagregamos mais a análise, contrastando os não-antipetistas com três subgrupos de antipetistas¹⁴. Como optamos por apresentar conjuntamente os resultados de todos esses modelos, para cada atitude temos duas colunas, uma contendo apenas o contraste dicotômico (modelo logístico binário) e outra com as quatro categorias (modelo logístico multinomial).

No que diz respeito à “adesão à democracia”¹⁵ e preferência pela democracia, vemos (Tabela 6) que as variáveis relativas às disposições partidárias dos eleitores não se mostraram relevantes, em ambos os modelos. Não parece existir diferença, portanto, entre antipetistas e os eleitores que não apresentam sentimentos negativos por essa legenda, mas também entre os diferentes tipos de antipetistas e o grupo de controle.

Tabela 6. Regressões logísticas binárias e multinomiais para atitudes políticas (2014)

	Adesão à democracia		Preferência pela democracia		Igualitarismo		Estatismo	
	AntiPT	Grupos	AntiPT	Grupos	AntiPT	Grupos	AntiPT	Grupos
Sexo	1,069 (,101)	1,113 (,108)	,970 (,117)	1,003 (,123)	,894 (,096)	,874 (,101)	,997 (,106)	,974 (,112)
Faixa etária	,931* (,035)	,928* (,038)	,941 (,041)	,932 (,043)	,936* (,034)	,952 (,036)	,999 (,037)	,988 (,039)
Escolaridade	1,016 (,025)	1,032 (,027)	1,023 (,029)	1,035 (,031)	,958 (,024)	,976 (,026)	,968 (,026)	,964 (,028)

¹³ A forma que encontramos para realizar uma análise incluindo simultaneamente os sentimentos positivos e negativos dos eleitores em relação aos partidos, foi utilizar as respostas a uma questão que solicita aos entrevistados que atribuíssem uma nota (de zero a dez) a 12 partidos (incluindo os mais relevantes do atual sistema partidário). A pergunta é a seguinte: “Gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) sr(a) pensa sobre alguns partidos políticos. Por favor, para cada partido que eu citar, gostaria que atribuísse uma nota de 0 a 10, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta de jeito nenhum do partido e 10 que o(a) sr(a) gosta muito. Se eu falar o nome de um partido que o(a) sr(a) não conhece, apenas diga que não o conhece”.

¹⁴ São eles, os que avaliam negativamente o PT e positivamente o PSDB, os que avaliam negativamente o PT e são neutros em relação ao PSDB e os que avaliam negativamente o PT e positivamente o PSDB.

¹⁵ “Adesão à democracia” é uma questão já clássica nos estudos sobre valores políticos e foi baseada na questão: “A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. O(a) Sr.(a) concorda ou discorda dessa afirmação? Muito ou pouco? 1)Concorda muito; 2) Concorda um pouco; 3) Nem concorda nem discorda; 4) Discorda um pouco; 5)Discorda muito”. Recodificamos a variável como dicotômica, juntando os valores 3 (nem concorda, nem discorda), 4 (discorda um pouco) e 5 (discorda muito) no novo valor 0 e juntando 1 (concorda um pouco) e 2 (concorda muito) no novo valor 1”.

Grupo étnico (branco)	,991 (,105)	1,044 (,112)	,901 (,121)	,981 (,128)	,716* (,101)	,731* (,106)	1,017 (,110)	1,002 (,116)
Interesse por política	1,145* (,059)	1,145* (,063)	1,196* (,068)	1,206* (,072)	,958 (,055)	,977 (,059)	1,062 (,060)	1,026 (,064)
Antipetismo	,937 (,105)	—	,796 (,120)	—	,829 (,100)	—	,876 (,111)	—
Não-antipetista	—	<i>a</i>	—	<i>a</i>	—	<i>a</i>	—	<i>a</i>
-PT/-PSDB	—	1,115 (,163)	—	1,125 (,189)	—	1,418* (,161)	—	,874 (,163)
-PT/⊗PSDB	—	1,020 (,191)	—	,950 (,220)	—	1,219 (,189)	—	,543* (,207)
-PT/+PSDB	—	1,007 (,246)	—	,861 (,275)	—	1,193 (,241)	—	,918 (,249)
Cox e Snell	,007	,010	,010	,011	,013	,012	,002	,008
Nagelkerke	,010	,014	,015	,017	,018	,017	,003	,012

Fonte: ESEB (2014)

Outra variável atitudinal a ser analisada é o “igualitarismo”. Esta variável foi construída a partir de duas questões que têm como elemento central a questão da igualdade (ver operacionalização da variável no Apêndice 1). Na Tabela 6 vemos que a variável que distingue os anti-petistas dos demais eleitores não está relacionada a posturas mais ou menos igualitaristas. No modelo que contrasta os grupos de antipetistas esse efeito do grupo étnico persiste, mas não o da idade. Nesse modelo, pela primeira vez, um dos grupos gerados pelas posições em relação aos partidos aparece como preditor relevante. O grupo dos antipetistas que também avaliam mal o PSDB tem sua chance de ser igualitarista elevada em mais de 40%.

Os últimos modelos da Tabela 6 apresentam os resultados de análise semelhante, para a variável atitudinal estatismo, criada a partir de duas questões que buscam captar as preferências do eleitorado por mais ou menos ação do estado na economia e na garantia do bem-estar dos indivíduos (ver operacionalização da variável no Apêndice 2). A única variável do modelo que se mostrou relevante foi o antipetismo; mais especificamente, eleitores antipetistas que se manifestam de maneira neutra em relação ao PSDB são menos estatistas do que os não-antipetistas.

Mesmo que nas variáveis estatismo e igualitarismo tenhamos encontrado alguma diferença de atitudes políticas entre os eleitores petistas e anti-petistas, a magnitude dos efeitos é relativamente baixa, além de não indicar uma direção mais precisa das diferenças entre os eleitores. Veja-se, por exemplo, o caso do estatismo: a diferença de posição se dá entre os que são simultaneamente antipetistas e antipessedebistas, ou seja, tendencialmente os antipartido são os mais antiestatistas. Tudo isso nos dá poucos

elementos para afirmar que existe um processo de polarização política em evidência no eleitorado brasileiro. Com base no que vimos até aqui, tal polarização existe apenas entre os mobilizados, mas não no conjunto da sociedade. Tais evidências para o conjunto da sociedade também foram corroboradas por outros trabalhos recentes, como o de Borges & Vidigal (2016) e Silva (2016).

Considerações Finais

Os dados apresentados neste trabalho apontam para um fenômeno curioso: a imagem recente divulgada, sobretudo pelos meios de comunicação, do Brasil como um país dividido política e ideologicamente parece refletir apenas uma parcela reduzida da opinião pública. Parcela essa que poderíamos definir como mobilizada e possuidora de maiores recursos (renda, escolaridade) que a média do eleitor brasileiro (Bueno, 2015)¹⁶.

No conjunto do eleitorado nacional tal divisão de opiniões não é visível, seja quando a distinção dos grupos é feita pelo auto-posicionamento ideológico do eleitor, seja quando a separação é produzida pela preferência partidária, que poderíamos chamar de clivagem petista *versus* antipetista.

Essa clivagem parece diferenciar o eleitor apenas no plano do comportamento eleitoral, não transbordando para o plano das atitudes políticas investigadas, tornando difícil caracterizar um cenário de polarização. Pelo menos no conjunto de dados que temos até o momento, é como se o eleitor definisse sua identidade de petista ou antipetista sem um conteúdo político ou ideológico claro, mas a partir de um sentimento difuso de gostar ou não de um partido; imagem semelhante àquela identificada por Fábio Wanderley Reis no final da década de 1970 (Reis, 1978) ao afirmar que no final da ditadura militar, no âmbito do seu bipartidarismo, vigoraria no eleitorado uma espécie de “síndrome do flamengo”, onde o eleitor torceria para um partido ao modo do torcedor de um time de futebol. Nessas imagens difusas, assim como o futebol tem máximas como “time do povo” para se referir ao Flamengo (maior e mais popular

¹⁶ Esta comparação entre os manifestantes de 2013 e 2015 e a população brasileira foi desenvolvida no estudo de Natália Bueno. Segundo a autora, “Os dados de todas as amostras sugerem que as manifestações foram compostas por pessoas nitidamente mais escolarizadas, com maior renda (com maior proporção de homens) do que a população. Noutras palavras, os indivíduos que se mobilizam politicamente, seja nas jornadas de junho, seja na sexta ou domingos passados, têm mais recursos socioeconômicos, em média, do que a população – algo que não é novidade para estudos sobre comportamento político”.

entre os clubes brasileiros), no âmbito do sistema partidário a divisão tenderia a ser entre partido dos pobres e partido dos ricos, porém ausente de conteúdo atitudinal que as diferencie.

Como explicar então essas diferenças de opinião entre cidadãos mobilizados e o conjunto do eleitorado? A dimensão central aqui parece ser aquela relacionada a concepção mesma de mobilização política na forma como definida por Rosenstone & Hansen (1993). Ou seja, eleitores em contato com estruturas de mobilização distintas adotam diferentes padrões comportamentais.

Para o avanço da investigação na temática seria importante identificar como os eleitores são recrutados por diferentes estruturas de mobilização, como se dá o processo de construção de suas atitudes políticas e como se relacionam tais estruturas com o conjunto da opinião pública. Enfim, esses são temas de uma agenda de pesquisas em desenvolvimento.

Referências

Abramowitz, A.I. 2010. *The Disappearing Center: Engaged Citizens, Polarization, and American Democracy*. Yale University Press

_____. 2008. Polarization in the American public: Misconceptions and misreadings. *The Journal of Politics*, 70(02): 556–560.

Abramowitz, A. I.; Saunders, Kyle L. 2008. Is polarization a myth? *Journal of Politics*, 70(2): 542–55.

Abramowitz, A.; Saunders, K. 2005. Why can't we all just get along? The reality of a polarized America. *The Forum*, v. 3: 1–22.

Agresti, A.; Finlay, B. 2012. *Métodos estatísticos para as Ciências Sociais: métodos de pesquisa*. 4. ed. Porto Alegre: Penso.

Axford, B., et al. 1997. *Politics: an introduction*. London: Routledge.

Bafumi, J.; Herron, M. C. 2010. Leapfrog representation and extremism: A study of American voters and their members in Congress. *American Political Science Review*, 104(03): 519–542.

Baldassarri, D.; Andrew, G. 2008. Partisans without Constraint: Political Polarization and Trends in American Public Opinion. *American Journal of Sociology*, 114(2): 408–446.

Booth, J.; Seligson, M. 1978. Political Participation in Latin America: An Agenda for Research. *Latin American Research Review*, 11: 95-119.

- Borba, J. 2012a. Participação política: a centralidade dos repertórios. *Revista Debates* (UFRGS), v. 6: 123-148.
- Borba, J. 2012b. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Revista Sociedade e Estado* (UnB. Impresso), v. 27: 263-288.
- Borba, J.; Ribeiro, E. A.; Gimenez, E. 2015a. Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, v. 1: 13-48.
- Borba, J.; Ribeiro, E. A.; Gimenez, E. 2015b. As bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 101.
- Borba, J.; Gimenez, E.; Ribeiro, E. A. 2015c. Participação e repertórios políticos: uma análise dos engajamentos múltiplos dos brasileiros na política. In: Scherer-Warren; I.; Lüchmann, L. (Org.). *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*. 1ed. Florianópolis: Editora da UFSC: 101-132.
- Borba, J.; Ribeiro, E. 2011. Participação convencional e não convencional na América Latina. In: Baquero, M. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 95-118.
- Borba, J.; Ribeiro, E. A.; Carreirão, Y. S.; Gimenes, E. 2015. Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária na América Latina. In: 39o Encontro Anual da ANPOCS.
- Borges, A.; Vidigal, R. 2016. Polarização ou Indiferença? Partidarismo e Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.
- Bueno, N. Quem protesta no Brasil? Comparação entre 20 de Junho de 2013, 13 e 15 de Março de 2015 e a população. Disponível em <https://sociaisemetodos.wordpress.com/author/nataliasbueno/>
- Dalton, R. J. 2013. *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage.
- Dalton, R.; Sickle, A. V. 2005. The resource, structural, and cultural bases of protest. *Center for the Study of Democracy*. Paper 05-11.
- Della Porta, D. 2003. *Introdução à Ciência Política*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Fiorina, M. P.; Abrams, S. J. 2008. Political polarization in the American public. *Annual Review of Political Science*, v. 11: 563-588.
- Fiorina, M. P.; Abrams, S.J.; Pope, J. 2005. *Culture war?* Pearson Longman, New York.
- Flanagan, C. A. 2013. *Teenage Citizens: The Political Theories of the Young*. New York: Harvard University Press.
- Gibson, J. 2013. Measuring Political Tolerance and General Support for Pro-Civil Liberties Policies: Notes, Evidence, and Cautions. *Public Opinion Quarterly*, v.77: 45-68

Griffin, J.D.; Jonge, C.K. 2015. *Income Inequality, Citizen Polarization, and Political Protest*. Mimeo.

Gurr, T. R. 1970. *Why Men Rebel*. Princeton, NJ: Center of International Studies, Princeton UP.

Hill, S.J.; Tausanovitch, C. 2015. A Disconnect in Representation? Comparison of Trends in Congressional and Public Polarization. *The Journal of Politics*, v.77, n. 4: 1058-1075.

Inglehart, R. 2001. *Modernización y postmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid: CIS/Siglo XXI.

Inglehart, R. 1977. *The silent revolution*. Princeton: Princeton University Press.

Inglehart, R.; Welzel, C. 2009. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis.

Inglehart, R.; Catterberg, G. 2002. Trends in political action: the development trend the post-honeymoon decline. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 43, n 3-5: 300-316.

Jacobson, G. C. 2003. Partisan polarization in presidential support: The electoral connection. *Congress & the Presidency: A Journal of Capital Studies*, v. 30: 1–36.

Jacoby, W.G. 1994. Public attitudes toward government spending. *American Journal of Political Science*, v. 38, n.2: 336–361.

Jessee, S. A. 2009. Spatial voting in the 2004 presidential election. *American Political Science Review*, v. 103, n. 1: 59–81.

Kinder, D. R. 2006. Politics and the life cycle. *Science*, v. 312, n. 5782: 1905-8.

Krasa, S.; Polborn, M. 2014. Social Ideology and Taxes in a Differentiated Candidates Framework. *American Economic Review*, v. 104, n. 1: 308–322.

Layman, G. C. et al. 2010. Party polarization, party commitment and conflict extension among American party activists. *American Political Science Review*, v. 104, n. 2: 324–346.

Layman, G. C.; Carsey, T.M. 2002. Party Polarization and ‘Conflict Extension’ in the American Electorate. *American Journal of Political Science*, v. 46, n. 4: 786–802.

Levendusky, M. S. 2009b. The Microfoundations of Mass Polarization. *Political Analysis*, v. 17, n. 2: 162–176.

Levendusky, M. S. 2010. Clearer cues, more consistent voters: A benefit of elite polarization. *Political Behavior*, v. 32, n. 1: 111–131.

Levendusky, M.S. 2009a. *The partisan sort: How liberals became Democrats and conservatives became Republicans*. University of Chicago Press.

- Lo, J. 2010. *Essays on Preferences in Political Science*. Ph.D. Dissertation. Los Angeles, CA: University of California, Los Angeles.
- McCarty, N. M.; Poole, K. T.; Rosenthal, H. 2006. *Polarized America: The dance of ideology and unequal riches*. MIT Press Cambridge, MA.
- Milbrath, L. W. 1965. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally.
- Norris, P. (ed). 1999. *Critical citizens global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press.
- Oppo, A. 1998. Socialização política. In: Norberto Bobbio (org) *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB.
- Patterson, E. 2005. Religious Activity and Political Participation: The Brazilian and Chilean Cases. *Latin American Politics and Society*, v. 47, n. 1: 1–29.
- Poole, K. T.; Rosenthal, H. 1984. The polarization of American politics. *The Journal of Politics*, v. 46, n. 04: 1061–1079.
- Powell, G. B. 1982. *Contemporary democracies participation stability, and violence*. Cambridge: Harvard University Press.
- Putnam, R. D. (Org.). 2003. *El declive del capital social*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
- Reis, F. W. 1978. Conclusão: em busca da lógica do processo eleitoral brasileiro. In: _____. (Org). *Os partidos e o regime*. São Paulo, Editora Símbolo.
- Ribeiro, E.; Carreirão, Y. S.; Borba, J. 2011. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. *Opinião Pública* (UNICAMP. Impresso), v. 17: 333-368.
- Ribeiro, E.; Carreirão, Y.; Borba, J. 2016. Sentimentos partidários, antipetismo, atitudes e voto. Mimeo.
- Ribeiro, E.; Borba, J. *Participação política na América Latina*. Maringá: Eduem, 2015
- Rosenstone, S. J., & Hansen, M. 1993. *Mobilization, participation, and democracy in America*. New York: Macmillan.
- Shapiro, R. 2009. A New Partisan Voter. *The Journal of Politics*, v. 71, n. 1: 1-24.
- Silva, T.M. 2016. Direita, volver?! O declínio do conservadorismo no Brasil contemporâneo (1989 - 2014). *Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*.
- Tausanovitch, C.; Warshaw, C. 2013. Measuring Constituent Policy Preferences in Congress, State Legislatures, and Cities. *Journal of Politics*, v. 75, n.2: 330-342.
- Theriault, S. M. 2006. Party Polarization in the US Congress Member Replacement and Member Adaptation. *Party Politics*, v. 12, n. 4: 483–503.

Treier, S.; Hillygus, D.S. 2009. The nature of political ideology in the contemporary electorate. *Public Opinion Quarterly*, v. 73, n. 4: 679–703.

Verba, S.; Nie, N. H. 1972. *Participation in America*: political democracy and social equality. New York: Harper & How.

Verba, S.; Schlozman, K. L.; Brady, H E. 1995. *Voice and equality*: civic voluntarism in American politics. Cambridge: Harvard University Press.

Welzel, C. 2013. *Freedom Rising*: Human Empowerment and the Quest for Emancipation. Cambridge University Press.

Welzel, C.; Inglehart, R.; Deutsch, F. 2005. Social capital, voluntary associations and collective action: Which aspects of social capital have the greatest 'civic' payoff? *Journal of Civil Society*, 1(2): 121-146.

Zucco Jr, C.; Samuels, D. 2015. Partisans, Anti-Partisans and Voting Behavior in Brazil'. Mimeo.

Apêndice 1: Operacionalização da variável atitudinal “igualitarismo”

Foram usadas as respostas às seguintes questões, para construir a variável “igualitarismo”:

PC13C - “Em qualquer situação as pessoas mais pobres devem ter mais chances do que as ricas” (escala de concordância com 5 pontos) e

PC13E- “As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência” (escala de concordância com 5 pontos)

A análise fatorial obteve KMO de 0,50 e os fatores carregam com cargas superiores a 0,8. O percentual de variação explicada com a extração de um único fator é de 66,3. Para a construção da medida de Igualitarismo inicialmente foram recodificadas as respostas às duas questões agrupando as opções contrárias ao igualitarismo como “0”, as indiferentes como “1” e as favoráveis como “2”. Ao somar as duas variáveis temos uma medida de 0 a 4. A partir disso foi feita nova recodificação para transformar em uma variável dicotômica, pois seria a única forma de rodar modelo semelhante aos anteriores usando os grupos de antipetismo em contraposição aos “não-antipetistas”. Para isso, consideramos os indivíduos com escores de 0 a 2 como não-igualitaristas e indiferentes e os com escores 3 e 4 como igualitaristas.

Apêndice 2: Operacionalização da variável atitudinal “estatismo”

Para a operacionalização da variável “estatismo” o procedimento foi em boa medida semelhante ao utilizado para operacionalizar a variável “igualitarismo”, a partir das respostas às seguintes questões (respostas na forma de escalas de 0 a 10):

PC12B - “Deveria haver mais iniciativa privada na indústria e no comércio” (0) X “Deveria haver mais participação do Governo na indústria e no comércio”(10) e

PC12C - “O governo precisa se responsabilizar mais para garantir o sustento de todos”(0) X “As pessoas precisam se responsabilizar mais para garantir seu próprio sustento” (10).